

**Ata da 30ª Reunião do Conselho Nacional de Política Cultural
(1ª Reunião do Exercício de 2021)**

Data: 22 de novembro de 2021

Local: Reunião por videoconferência (Microsoft Teams)

Link da reunião: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_YThjMzBhYjYtZjdjZC00OTg0LTg5NTItZGZkNjNmOTMwM2Fj%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%22172764c3-66ab-4458-b744-579d72a0a3c1%22%2c%22Oid%22%3a%2226320c5b-60d1-47a2-a8aa-48d51eedf0f7%22%7d

Aos **vinte e dois de novembro de dois mil e vinte um**, por meio de videoconferência realizada pela plataforma Microsoft Teams, às 14h28, foi dado início aos trabalhos da 30ª reunião do Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC) - triênio 2019/2022 (1ª reunião do exercício de 2021), com os seguintes conselheiros (as) presentes: **Presidente, em exercício, Aldo Valentim** (Secretário Nacional da Economia Criativa e Diversidade Cultural); **Secretário Executivo do Conselho, Bernardo Boghossian Aguiar; Bruno Andrade Costa**, Ministério da Justiça e Segurança Pública; **Carlos Rogério Antunes da Silva**, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação; **Davy Alexandrisky**, 2ª titular representante da região Sudeste; **Edmar Barbosa Bonfim (Mãe Tuca)**, Casa de Cultura Ile Ase D'Osogua Iao; **Endrigo Claugan Thomas Vargas**, Secretaria Nacional de Desenvolvimento Cultural-SEDEC; **Eneida Braga Rocha de Lemos**, Diretora do Departamento de Difusão Cultural-IBRAM (ouvinte); **Fábio Augusto Oliveira Pinheiro**, Secretário Nacional de Desenvolvimento e Competitividade do Turismo – SNTUR; **Fabrcio Noronha**, Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Cultura; **Fabrcio Storani de Oliveira**, Ministério da Educação; **Flávia Mello de Castro**, Coordenadora do Conselho Nacional de Política Cultural; **Gabriella Crivellente da Nóbrega**, Coordenadora-Geral do Sistema Nacional de Cultura; **Giovana Penido Pinto Marques Paiva**, 2ª titular- representante da região sudeste; **Helbert Garandy Pitorra**, Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos; **Iariadney Alves da Silva (Iara Alves)**, 2ª titular representante da região centro-oeste; **Isis Valéria Gomes**, titular do Segmento Técnico Artístico, da Câmara Brasileira do Livro; **Joana Alves da Silva**, 2ª suplente representante da região nordeste; **Leonardo Barreto de Oliveira**, Diretor do Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização – IPHAN; **Leonardo Franceschi Ferreira**, 2ª titular representante da região sul; **Loiva Lopes Calderan**, titular do Segmento das Culturas Populares da Confederação Brasileira da Tradição Gaúcha; **Luciano Correia Marinho**, 1º titular representante titular da região Nordeste; **Marcos Vinícius Monteiro da Rocha**, Diretor do Departamento de Empreendedorismo Cultural da Secretaria Nacional da Economia Criativa e Diversidade Cultural - SECDC; **Luciana Lessa**, Fundação Casa de Rui Barbosa-FCRB (ouvinte); **Marco Aurélio Franco**, representante Fundação Cultural Palmares (ouvinte); **Pedro Machado Mastrobuono**, Presidente do Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM; **Pedro Santoro Zambon**, titular do Segmento Técnico Artístico, da Associação Brasileira das Desenvolvedoras de Jogos Eletrônicos – Atragames; **Rafael Nogueira**, Presidente da Fundação Biblioteca Nacional; **Raphael Vianna Coutinho**, titular do Serviço Social do Comércio – SESC; **Roberta Saraiva Coutinho**, titular do segmento Patrimônio Cultural, do Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus – ICOM;

Renato da Silva Moura, 1ª titular representante da região norte; **Rita de Cassia Fernandes de Andrade**, 1ª titular representante da região centro-oeste; **Silvana Mello**, Fórum dos Secretários e Gestores da Cultura das Capitais e Municípios Associados (ouvinte), **Tamoio Athayde Marcondes**, Presidente da Fundação Nacional de Artes-FUNARTE; **Tassos Lycurgo Galvao Nunes**, Diretor substituto do Departamento de Cooperação e Fomento (DECOF) do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN; **Thiago Mafra dos Santos**, Agência Nacional do Cinema – ANCINE (ouvinte); **Vinicius Vieira de Souza**, 1ª titular representante da região sul. **Registraram-se as ausências de:** Confederação Nacional dos Municípios-CNM; Secretário da Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura-SEFIC; Ministério da Justiça; Secretaria Nacional de Direitos Autorais e Propriedade Intelectual-SDAPI. Após a conferência de quórum, o **Presidente, em exercício, Aldo Valentim** deu início a reunião solicitando ao Secretário Executivo Bernardo Aguiar que apresentasse os esclarecimentos iniciais. O **Secretário Executivo do Conselho, Bernardo Aguiar**, apresentou os esclarecimentos iniciais de como a reunião virtual funcionará. O **Presidente, em exercício, Aldo Valentim** falou sobre a aprovação da ata da última reunião, realizada em 16/12/2020, que seguiu para a assinatura de todos os membros, e apresentou a pauta do dia que foi aprovada pelos membros. Em seguida, a **Conselheira Rita de Cassia Fernandes de Andrade** pontuou que na última reunião foi aprovado um cronograma de reuniões que não foi respeitado. Ela pontuou que foi um ano complexo para o setor cultural, com muitas perdas em todos os segmentos da cultura. Muitas questões sobre a execução da Lei Aldir Blanc. Receberam muitos questionamentos da sociedade civil sobre o silenciamento do CNPC diante de toda a conjuntura. Na semana passada, estive em uma reunião na audiência pública na comissão de cultura da câmara legislativa, que se mostrou extremamente preocupada com o silenciamento e invisibilidade desse Conselho. Por isso, solicitou ao Presidente que se manifestasse sobre o descumprimento do cronograma e, também, sobre notícias, via imprensa, já que nunca houve informativo para os integrantes do Conselho com relação aos muitos escândalos dentro da Secretaria Especial de Cultura (SECULT), com matérias degradantes e que também geraram desconforto no setor como um todo. Questionou também sobre os debates das Câmaras Temáticas e da Conferência que não avançou. A **Conselheira Edmar Barbosa Bonfim (Mãe Tuca)** concordou com a Conselheira Rita de Cássia Andrade, pontuou que nos outros Conselhos que participa tiveram o cronograma devidamente cumprido. Informou que o CNPC merece uma explicação e uma devolutiva da Secretaria Especial da Cultura sobre a falta de cumprimento da agenda das reuniões durante o ano de 2021, inclusive na Lei Aldir Blanc. O **Conselheiro Leonardo Franceschi Ferreira** reforçou a fala das Conselheiras Rita de Cássia e Mãe Tuca e destacou a falta de visibilidade, pois eles foram eleitos com uma proposta de gestão. Informou que é coerente cobrar o posicionamento e um reajuste e mais disciplina sobre as questões que são definidas, pois foi aprovado em regimento que não pode ser reconduzido e nem reeleito. Poderia ter uma participação mais incisiva e colaborativa. O **Presidente, em exercício, Aldo Valentim** esclareceu que a equipe da Secretaria é pequena e que foi priorizado tempo. Agora que está começando a ter mais fôlego, mas ainda é bem relativo. Pois tiveram reunião com o Fórum Estadual de Cultura, e que tem preocupação dos recursos que ainda constam nas contas dos entes. Então, esse é o motivo de marcar a reunião para agora em novembro em função desses braços. Informou que a implementação da Lei Aldir Blanc, mesmo assim, já teve uma reunião de equipe na semana passada para fazer uma nova força tarefa que vai ter que parar na Secult para entrar em contato com os municípios de capitais, fazer reuniões com Tribunal de Contas, dentre outros, para garantir que os recursos cheguem no final do ano liquidado. Informou que foi decisão de gestão, porque a Lei Aldir Blanc tem um prazo para cumprir, pois teve um trabalho que envolve o Governo, Legislativo, municípios, estados para que pudesse dar continuidade no benefício. Então foi uma

decisão enquanto gestor e ordenador de despesa foi priorizar a Aldir Blanc e todos os outros mecanismos de apoio que envolveu os convênios, pontos de cultura, que estavam parados para atender esse período de emergência que estão passando. Agora estamos retomando o Conselho para poder dialogar e avançar na pauta. Temos a dificuldade de equipe que é pequena para uma demanda enorme. Assim pediu a sensibilização das questões da Secretaria e que entendessem a decisão que foi feita. Informou que toda a parte burocrática do Conselho foi feita, apesar da ausência das reuniões, as atividades não pararam. Sugeriu organizar uma próxima reunião para tratar da pauta e poder voltar ao normal. Pediu para avaliar em fazer reuniões curtas, para fazer reuniões com mais frequências. Já que reuniões longas param a SECULT por muitos dias. A **Conselheira Rita de Cássia Andrade** falou sobre a preocupação com a situação, pois a sociedade civil não pode pagar o preço de um governo que simplesmente investe em diminuir a própria gestão. Havia um ministério que foi reduzido a uma secretaria especial de cultura e que o governo federal não gosta de conselhos. Quando se fala de cultura imediatamente é tratado com diferencial, fica escanteado no debate. Embora seja um setor que gera recursos e movimento trabalhos. O Conselho é a forma que a sociedade civil tem de dialogar com o estado. Por outro lado, sabe que é necessário avançar, pois estão há 03 anos nesse governo federal e que só teve retrocesso no setor. Somado a pandemia, o setor encontra-se fragilizado. Precisa retomar, o que está acontecendo vagarosamente e muita insegurança. Então, não sabe qual a proposta para esse último fôlego do conselho, pois também já está chegando ao final da gestão sem nenhuma perspectiva de dar continuidade. Nos outros conselhos trabalha ativamente, inclusive para auxiliar na execução da Lei Aldir Blanc. Apesar da fala do Presidente, ainda acha que são silenciados e nessa gestão, e gostaria de ouvir a proposta do que será feito ou se será uma reunião vazia que não levará a lugar nenhum. O **Presidente, em exercício, Aldo Valentim** informou que fez as explicações e deixou claro e entende as insatisfações, mas pontuou que o governo atual foi eleito e que tem uma pauta propositiva de avançar, então se for usar o tempo da reunião para embates ideológicos aí realmente não vale a pena fazer a reunião. Todos têm direito a voz, mas precisamos avançar nas discussões. Necessário organizar as questões das Câmaras Temáticas do temário da Conferência Nacional de Cultura. Foi colocada a opinião e respeita, mas não acha salutar usar o espaço do Conselho para embates ideológicos, o governo foi eleito e existem outros momentos e fóruns pertinentes para rever isso. Particularmente ele e a equipe tem feito um trabalho árduo na Lei Aldir Blanc e nos outros programas da Secretaria Nacional da Economia Criativa e Diversidade Cultural e pediu que avançassem na pauta. A Conselheira Lara Alves corroborou com a fala da Conselheira Rita de Cássia, e propôs sobre o calendário, que antes de dar andamento, construa um novo calendário para as reuniões. Trouxe uma reflexão sobre os dois dias de reunião, e pontuou que estão sendo reuniões virtuais, então pediu que fossem flexibilizadas para ter mais reuniões mesmo que fossem com horários reduzidos, como hoje, para dar continuidade na pauta. O **Conselheiro Leonardo Franceschi Ferreira** questionou sobre como encaminhar moções, ofícios, documentos oficiais para a Secretaria Especial da Cultura (Secult) para saber como trabalhar com documentação oficial. O **Secretário Executivo do Conselho, Bernardo Aguiar**, informou que o e-mail para envio de documentos e protocolo é o cnpc@turismo.gov.br. A **Conselheira Giovana Penido Pinto Marques Paiva** validou a fala da Conselheira Rita de Cássia Andrade, e disse que o embate não é político, é sobre o questionamento do trabalho como conselheiros e a expectativa. Solicitou colocar como sugestão de pauta, que recebeu uma demanda para saber sobre a morosidade na emissão de pareceres no Salic. A **Conselheira Mãe Tuca** informou que eles não estão com debates ideológicos, pois é apolítica, não interessa se foi eleito A ou B, e que é consenso para todos. Estão falando como conselheiros, pois conseguiram fazer uma conferência nacional da criança e do adolescente virtual atendendo o país

todo, então porque na cultura não consegue, já que a falta de funcionários é algo normal em todos os Ministérios. Gostaria de deixar escurecido que ela, Mãe Tuca, não está fazendo debate ideológico. O **Conselheiro Carlos Rogério Antunes da Silva, representante do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações - MCTI**, solicitou que tivessem uma pauta mais propositivo, e deixar a conversa político-partidário mais para a frente, e que será mais rico o debate da pauta da reunião, pois o tempo é curto e é necessário ser propositivo. O **Presidente, em exercício, Aldo Valentim**, falou sobre a prorrogação do Plano Nacional de Política Cultural, que tinha prazo vigente em 2020, e que a Secult trabalhou em uma medida provisória que foi assinada pelo Presidente para prorrogar a vigência por mais dois anos. Com isso, houve mais tempo para tratar das demandas do Plano e Conferência, até por conta da pandemia, pois as prefeituras, governos estaduais e a própria Secult não conseguiriam realizar qualquer movimentação em relação a conferência. A partir dessa explicação, solicitou que a equipe técnica apresentasse a proposta de calendário da IV Conferência Nacional de Cultura, prevista para 2022, tendo seu tema a atualização e diretrizes do PNC. A **Coordenadora-Geral do Sistema Nacional de Cultura, Gabriella Crivellente**, falou sobre o andamento do processo de contratação da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso), que será a possível instituição para realizar a IV CNC. Informou que, desde o início do ano, a Secretaria Especial da Cultura está construindo um Prodoc (como se fosse um convênio), que é uma forma de contratação especializada, junto à Organização dos Estados Ibero-americanos para Educação, Ciência e Cultura (OEI), para viabilizar a contratação da Flacso. Com isso, o Prodoc está em tramitação perante a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) do Ministério das Relações Exteriores (MRE), e que tem a expectativa de que a contratação seja realizada o mais rápido possível. Com isso, apresentou a previsão de calendário das conferências municipais, que seriam de janeiro a março de 2022, e as conferências estaduais, que seriam de abril a junho de 2022. A realização da etapa nacional, IV Conferência Nacional de Cultura, seria em novembro 2022. Além disso, informou que ano que vem será realizado o processo seletivo para o triênio 2022/2025 referente ao mandato dos novos membros da sociedade civil do CNPC, previsto para o período de maio a agosto de 2022. Por fim, a expectativa é que, em 2023, após as diretrizes do Plano Nacional de Cultura que serão emanadas da IV CNC, sejam debatidas as novas metas do PNC. A **Conselheira Giovanna Penido Pinto Marques Paiva** ao ouvir como tudo foi conduzido, pois foi um ano de exceção e que várias situações foram impactadas no processo, sugeriu que fosse feita a recondução deste Conselho, já que o ano de 2021 foi atípico e não houve trabalho. O **Presidente, em exercício, Aldo Valentim** informou que precisa consultar a Consultoria Jurídica do Ministério sobre a recondução. O **Conselheiro Leonardo Franceschi Ferreira** e a **Conselheira Iara Alves** concordaram com a fala da conselheira Giovanna. A **Conselheira Iara Alves** questionou sobre sua proposta inicial de votar o calendário das reuniões do Conselho. O **Presidente, em exercício, Aldo Valentim** sugeriu que antes de terminar a reunião eles fizessem o debate do calendário das reuniões, que foi acatado pela Conselheira Iara Alves. O **Conselheiro Pedro Santoro Zambon** manifestou preocupação quanto ao calendário proposto da conferência, por conta das eleições, pois impacta a agenda pública tanto da sociedade civil quanto dos gestores. Gostaria de ouvir sobre o impacto de realizar a conferência quase concomitante com as eleições. Nos últimos anos, as conferências foram realizadas em contrarrotas das eleições nacionais e municipais. Esse ano vai viver uma situação atípica. A preocupação é que a conferência se torne uma extensão do que vai ser as eleições, quanto ao conflito eleitoral. Questionou sobre como evitar que a conferência fosse contaminada. O **Presidente, em exercício, Aldo Valentim** informou que o calendário da conferência é sugestivo e que os membros do CNPC podem propor uma outra data para reorganizá-lo. Pontuou que não dá para antecipar a Conferência, mas podem trabalhar as datas, até por conta dos prazos do Plano Nacional de Cultura. A **Conselheira Cacique Libiana** falou

que havia deixado um documento da Casa de Cultura e que gostaria de saber se tem alguma resposta dessa carta. O **Presidente, em exercício, Aldo Valentim** pediu que ela encaminhasse os documentos para serem apreciados. A **Conselheira Rita de Cassia Fernandes de Andrade** corroborou com a fala da Conselheiro Pedro Zambon e falou da preocupação de a IV CNC não se transformar em palanque ideológicos e políticas, e que seria importante que ao contratar a equipe, que ela apresentasse um plano de divulgação e comunicação, bem como a metodologia para as conferências municipais e estaduais. Propôs que a IV CNC fosse realizada na primeira semana de dezembro/2022, para não ter problema com a questão eleitoral. Reforçou a fala da Giovanna quanto a recondução do conselho, tendo em vista que não cumpriu os calendários de reuniões. O Secretário Executivo do CNPC, Bernardo Aguiar, informou que na próxima reunião do Conselho a Flacso pode apresentar, mas ainda não conseguiu fechar a contratação deles e, por isso, não tem como marcar um dia certo. A **Conselheira Mãe Tuca** concordou com os Conselheiros Pedro Zambon e Rita de Cássia. Ela sugeriu que as conferências municipais aconteçam em março/2022, pois novembro não é uma data viável para a IV CNC. Recomendou uma consulta à Consultoria Jurídica (Conjur) sobre a recondução, pois depois da conferência será feita pelos novos conselheiros que não estiveram na efetivação da conferência. Isso, além de não terem trabalhado e atuado. Então sugeriu utilizar o argumento perante a Conjur quanto à falta de pessoal e à Lei Aldir Blanc. Sugeriu fazer a conferência em dezembro, pois vai ficar apertado para os estaduais fazerem os relatórios. Quanto à Flacso, fica torcendo pelo Prodoc, pois não adianta ter o calendário sem o Prodoc. Se a Flacso der certo, vão ter uma boa conferência com tudo que tem direito, mas precisa agilizar o Prodoc. O **Conselheiro David Alexandrisky** pontuou que a recondução é vedada pelo Decreto 9.891/2019, isso é uma decisão política do Secretário Mario Frias encaminhar à Presidência da República um outro decreto modificando o atual. Com relação ao calendário, pela experiência em 3 conferências físicas-presenciais, que é importante ter uma noção de como foi pensado o modelo da conferência virtual, pois não está claro. Pela experiência, fez parte da parte organizadora da III Conferência Nacional de Cultura, representando a sociedade civil. O calendário está no tempo justo para poder acontecer a conferência. O **Presidente, em exercício, Aldo Valentim** propôs fazer uma subcomissão para rever as datas do cronograma das conferências. O **Conselheiro Fabrício Noronha** falou que o começo do ano, em janeiro, já precisaria estar na rua, por conta da mobilização. Mas é importante realizar as conferências municipais e estaduais mesmo o calendário não sendo ideal. O **Presidente, em exercício, Aldo Valentim** não acha que seja um problema fazer em dezembro a Conferência. A **Conselheira Rita de Cássia** falou que para pensar em um calendário é preciso que tivesse empresa contratada e propôs um Grupo de Trabalho para tratar do assunto. Falou que estão em conferência no Distrito Federal, e que sempre fez tudo junto com a empresa contratada por eles. Recomendou colocar a conferência a partir de março, pois vai ser o tempo de preparação, pois o tempo é muito curto. Se houver o Grupo de Trabalho, gostaria de se disponibilizar para participar dele. Fica difícil fazer o planejamento sem a contratação. A **Coordenadora-Geral do Sistema Nacional de Cultura, Gabriella Crivellente**, informou que a Secult está em processo de contratação da Flacso, ele está bem avançado. O empecilho é porque depende de um outro órgão dar o parecer. Ele pediu alguns ajustes no documento para poder assinar. Paralelamente, já está sendo construída a carta acordo com a Flacso. Assim que formalizar a contratação, eles apresentam a metodologia e a parte de comunicação. Também informou sobre a impossibilidade de realizar a conferência presencial, pois todos os trâmites burocráticos para a contratação da empresa foram feitos para ser na modalidade virtual, e que alterar isso teria um prejuízo para a formalização do contrato que já está em andamento. Além disso, sugeriu que, ao invés de criar um Grupo de Trabalho, os debates da Conferência, como o seu calendário de realização,

fossem feitos na Câmara Temática da IV Conferência Nacional de Cultura. Informou que foi conversado com o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos para utilizar a mesma plataforma que eles usaram nas conferências virtuais deles. O **Conselheiro David Alexandrisky** informou que a maior parte dos municípios já estão fazendo conferência, e não vê dificuldade em fazer a conferência municipal de janeiro a março. Acha que a conferência virtual facilita, mas ainda não tem ideia de como vai funcionar. Propôs que os municípios façam consórcio para conferências regionais, como foi feito nas conferências passadas. Fazer a conferência em 2023, fica com dúvida por conta da amarração do Plano Nacional de Cultura. Se quiser fazer em novembro, dá para fazer também, mas precisa tocar para a frente e esquecer a questão da contratação, pois não é uma questão que diz respeito a deles. Quando a Flacso for contratada, ela vai fazer o que a secretaria especial está pensando, eles entram com expertise operacional. O **Conselheiro Leonardo Franceschi Ferreira** questionou sobre o tipo de conferência que o conselho quer, pois, a IV CNC é um momento de aprendizado e pensar no tempo é importante. A conferência é um momento que une as pessoas. Precisa ser um evento bem elaborado, é muito importante. Integra comunidade. O formato virtual tem o lado tedioso, então precisa de elementos que tragam pessoas. O **Presidente, em exercício, Aldo Valentim** sugeriu que os ajustes no calendário fiquem na incumbência de uma das câmaras temáticas. Em relação aos municípios tem o fator da organização da conferência e o formato virtual tende a ajudar na ampliação das pessoas e de segmentos. Talvez chamar uma reunião dos Fóruns e começar a esquentar o assunto para que consiga até abril ter as conferências municipais realizadas. A **Conselheira Mãe Tuca** falou que a Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CONAPIR) vai ser híbrida, e que o prazo está muito apertado para soltar a convocatória da conferência em dezembro. Pontuou que precisa marcar a data da próxima reunião para fechar esses ajustes. A **Conselheira Joana** se colocou a disposição para colaborar. O **Conselheiro David Alexandrisky** falou que o órgão de cultura nunca esteve tão conectado com os municípios como está agora, a comunicação será mais rápida por causa da relação que foi estabelecida pela Lei Aldir Blanc. Solicitou autorização para mostrar o calendário da IV CNC e começar a mobilizar os agentes culturais, que a proposta ainda pode ter ajustes finos, mas já para iniciar a mobilização. O **Presidente em Exercício Conselheiro Aldo Valentim**, concordou com a divulgação da IV CNC. A **Conselheira Rita de Cássia** pontuou a experiência do Conselheiro Davy, mas discordou sobre divulgar algo que o calendário ainda não está fechado e que a empresa ainda não foi contratada. Propôs que tivessem questões mais amarradas, e após o novo cronograma aí é mais factível divulgar. Estão todos ansiosos que os trâmites avancem e que haja a Conferência. O **Conselheiro David Alexandrisky** falou que é divulgar o que está sendo consensuado, muda em muito pouco o calendário. Pontuou que não vai conversar com a empresa contratada, que conversa com a Secretaria. A empresa não conversa com ele, ela conversa com o estado. Achou o calendário factível. Disse que é melhor divulgar. É isso que começa a mobilizar. O prazo é bom e razoável. A **Conselheira Mãe Tuca** discordou do Conselheiro Davy, e pontuou que não tem experiência em conferência virtual, é algo novo. Na conferência do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente tiveram reuniões com Flacso. Então entende que o conselho tem que se reunir com eles. A Conferência que a Flacso organizou foi perfeita. Também é de competência deste conselho saber como será contratado. O **Secretário Executivo do Conselho, Bernardo Aguiar**, informou que a Flacso irá fazer uma apresentação para o CNPC, vai ter essa conversa da Flacso com eles. Conheceu o pessoal da Flacso, acompanhou a conferência do Conanda, foram *in locus* para ver a organização da Conferência do Idoso e foi excelente a organização. O **Conselheiro Leonardo Franceschi Ferreira** não concordou com o Conselheiro David, pois é importante a participação da sociedade nos critérios e procedimentos quanto à articulação com a sociedade civil. Reforça a

sugestão das câmaras temáticas para acompanhar todo processo para poder contribuir. O **Presidente, em exercício, Aldo Valentim** informou que não vê problema em informar aos municípios, pois vai ter que iniciar esse processo. Recomendou ao Secretário Executivo que providenciasse uma síntese da reunião para constar no site, porque fica oficial quanto às tratativas da Conferência. A **Conselheira Rita de Cássia** acha importante que o conselho se baseie em coisas informações mais sólidas para se divulgar a IV CNC, pois foram dados os informes no Distrito Federal. Pontuou a questão formal da divulgação. Como o grupo vai debater o cronograma que vai ser aprovado pelo Pleno, então gera um suporte maior para avisar à comunidade que terão conferência, baseado em algo mais sólido, para não gerar expectativas e depois ter problemas. Inclusive, recomendou apresentar à Comissão de Cultura do Congresso Nacional de Cultura, pois ela foi questionada em uma audiência pública e não tinha essas informações. A Conferência não pode ser tratada com informalidade. O cronograma precisa ser formalizado para colocar a informação na rua. A **Coordenadora-Geral do Sistema Nacional de Cultura, Gabriella Crivellente**, informou da importância da aprovação do temário da IV CNC. A sugestão da Secult seria “Diretrizes do novo Plano Nacional de Cultura”, que é um temário mais enxuto de fácil compreensão. O **Presidente, em exercício, Aldo Valentim** perguntou se todos estavam de acordo com o tema central da IV CNC. O **Conselheiro Leonardo Franceschi Ferreira** sugeriu um complemento na frase, sobre relacionado à evolução, pois o processo da Lei Aldir Blanc conectou pessoas e municípios, mas muitos não conseguiram. É um tema de contexto. Pensar no novo plano pensando em uma integração maior entre sociedade e artistas. A **Coordenadora-Geral do Sistema Nacional de Cultura, Gabriella Crivellente**, informou que são duas Câmaras Temáticas, uma para tratar do Plano Nacional de Cultura e a outra para tratar da Conferência Nacional de Cultura. O **Presidente, em exercício, Aldo Valentim** recomendou que a Câmara Temática da Conferência abordasse também a questão do temário e complementar conforme a sugestão do Conselheiro Leonardo, mas é importante não se esquecer do foco. A câmara temática poderá amadurecer a sugestão do temário apresentado pela Secult. A **Conselheira Rita de Cássia** não concordou com a palavra “novo” na proposta do temário, já que não é um novo plano e, sim, uma atualização/revisão do anterior. Na conferência do Distrito Federal o título foi “As diretrizes da cultura no pós pandemia”, compreendendo a pandemia como um marco. O **Conselheiro David Alexandrisky** reforçou o que a Conselheira Rita pontuou, citou que no art. 11. Lei nº12343, de 2010, consta como “avaliar”, “atualizar”. A Lei fala em processo de revisão. Pode ser que a revisão extingue todas as 53 metas. O **Conselheiro Fabrício Noronha** sugeriu que o tema fosse “Atualização do Plano Nacional de Cultura: diretrizes para uma política cultural inclusiva e integrada no pós-pandemia”. O **Presidente, em exercício, Aldo Valentim** sugeriu o tema: "Atualização do Plano Nacional de Cultura: diretrizes para uma política cultural inclusiva e integrada no pós-pandemia" ou "Diretrizes para revisão e Atualização do Plano Nacional de Cultura. A **Conselheira Rita de Cássia** a criação de uma câmara de acompanhamento de conteúdo da IV CNC e outra uma articulação da conferência. A **Coordenadora-Geral do Sistema Nacional de Cultura, Gabriella Crivellente**, informou que recomendação era adotar títulos mais amplos para que as câmaras consigam abordar mais temas. Informou que já pode colocar na competência da Câmara Temática da Conferência a competência do calendário e do temário. O **Presidente, em exercício, Aldo Valentim** recomendou que a Câmara Temática a Conferência refletisse o complemento necessário para ser debatido na próxima reunião. Além disso, solicitou a indicação de um nome para Câmara Temática do PNC, pois um representante do poder público saiu do governo. A sociedade civil está completa. Precisa também da indicação dos suplentes. Em relação à indicação do titular do poder público que estava com cargo vago na Câmara Temática do Plano Nacional de Cultura, foi proposto o Endrigo Claujan Thomas de Vargas, Secretário Nacional de Desenvolvimento Cultural –

SEDEC. **O Pleno do Conselho aprovou por maioria a indicação do Conselheiro Endrigo Claujan Thomas de Vargas como membro titular da Câmara Temática do Plano Nacional de Cultura (anteriormente denominada de “Acompanhar a definição das diretrizes do novo Plano Nacional de Cultura”**. Ainda na Câmara Temática do Plano Nacional de Cultura, o Conselheiro Pedro Zambon foi indicado como suplente do Conselheiro Leonardo Ferreira, e a Conselheira Giovanna Penido como suplente da Conselheira Rita de Cássia. **O Pleno do Conselho aprovou por maioria a indicação, como suplentes da sociedade civil da Câmara Temática do Plano Nacional de Cultura, os Conselheiros Pedro Zambon e Giovanna Penido**. O Presidente, em exercício, Aldo Valentim recomendou que fosse feita uma articulação para indicar os suplentes do poder público. O **Secretário Executivo do Conselho, Bernardo Aguiar**, informou que a aprovação dos nomes precisa está registrado em ata e votados. Não podem ser indicados somente. O Presidente, em exercício, Aldo Valentim pediu para ver o regimento para saber se tem algum impedimento no regimento de que essa decisão precisa estar formalizada em ata. A **Coordenadora-Geral do Sistema Nacional de Cultura, Gabriella Crivellente**, apresentou a Câmara Temática que vai debater a Conferência, que anteriormente era denominada de “orientação aos entes federados e conselhos de cultura”. Informou que vai incluir nas competências desta Câmara a questão do calendário e do temário da IV Conferência Nacional de Cultura. A composição da sociedade civil está completa, e nos cargos do poder público, coordenador e substitutos estão vagos. O Presidente, em exercício, Aldo Valentim sugeriu o conselheiro Fabrício Noronha como titular do poder público. O **Conselheiro Fabrício Noronha** sugeriu que participassem também os representantes dos municípios. O Conselheiro Carlos Antunes do MCTI se dispôs a compor a câmara, informou que já participou da conferência nacional de cultura em 2009/2010, na etapa municipal e pode contribuir. O Presidente, em exercício, Aldo Valentim colocou em votação as indicações dos conselheiros Fabrício Noronha e Carlos Antunes do MCTI. **O Pleno do Conselho aprovou por maioria a indicação, como titulares do poder público, da Câmara Temática da IV Conferência Nacional de Cultura os Conselheiros Fabrício Noronha e Carlos Antunes**. Em seguida, como Coordenador da Câmara Temática da IV Conferência Nacional de Cultura sugerida a Iara Alves. **O Pleno do Conselho aprovou por maioria a indicação para coordenar a Câmara Temática da IV Conferência Nacional de Cultura a Conselheira Iara Alves**. O Presidente, em exercício, Aldo Valentim disse para votar primeiros os titulares e depois os suplentes. Recomendou passar para o indicativo de data para a próxima reunião, qualquer coisa, se fosse o caso, convocaria uma reunião extraordinária para resolver a questão de a suplência para as Câmaras já trabalharem. Colocou o último item de pauta para aprovação da data da próxima reunião. Foi sugerido o dia 1º de dezembro de 2021, às 14h, para tratar da metodologia de articulação, apresentação da Flacso e diretrizes do PNC. **O Pleno do Conselho aprovou por maioria a data da próxima reunião**. Assim, o Presidente, em exercício, Aldo Valentim encerrou, às 17h39, a reunião.